

AgInt no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.324.052 - PR (2018/0169815-9)

RELATOR : **MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE**
AGRAVANTE : **RICARDO EUGENIO BOECHAT - ESPÓLIO**
REPR. POR : **VERUSKA CRUZ SEIBEL BOECHAT - INVENTARIANTE**
ADVOGADOS : **LOURIVAL JOSE DOS SANTOS - SP033507**
 ANDRE MARSIGLIA DE OLIVEIRA SANTOS E OUTRO(S) -
 SP331724
AGRAVADO : **RENÊ ARIEL DOTTI**
ADVOGADOS : **JULIO CESAR BROTTTO - PR021600**
 VANESSA CRISTINA CRUZ SCHEREMETA - PR027134

EMENTA

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. 1. REDUÇÃO DA INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. SÚMULA N. 7 DO STJ. 2. AUSÊNCIA DE INDICAÇÃO DE DISPOSITIVO DE LEI. SÚMULA N. 284 DO STF. 3. AGRAVO CONHECIDO, EM JUÍZO DE RECONSIDERAÇÃO, PARA NÃO CONHECER DO RECURSO ESPECIAL.

DECISÃO

Cuida-se de agravo interno interposto por Ricardo Eugênio Boechat - espólio contra decisão monocrática da Presidência desta Corte que não conheceu do agravo em recurso especial com base no art. 21-E, V, do RISTJ (e-STJ, fls. 750-751).

Nas razões do agravo interno, o insurgente defende que a decisão que denegou seguimento ao recurso especial está escorada tão somente na suposta ofensa ao disposto na Súmula 7 do STJ, não havendo nenhuma menção a eventual descabimento do recurso por conta da inexistência de violação a norma infraconstitucional.

Assim, postula a reforma da decisão e o conhecimento do agravo para que seja provido seu recurso especial.

Impugnação às fls. 769-778 (e-STJ).

Brevemente relatado, decido.

Tendo por plausíveis as alegações trazidas pelo insurgente em seu agravo interno, reconsidero a decisão monocrática de fls. 750-751 (e-STJ) e passo a novo exame

do recurso especial.

Na origem, René Ariel Dotti ajuizou ação indenizatória contra Ricardo Eugênio Boechat, alegando, que nos dias 16, 19 e 22 de agosto do ano de 2011, o requerido proferiu ofensas graves à sua honra, através de programa de rádio na rede Band News de Comunicação, para a qual trabalhou. Afirmou que tais ofensas estariam relacionadas ao patrocínio pelo requerente da causa envolvendo o acidente de trânsito entre Luiz Fernando Ribas Carli Filho e dois jovens que faleceram.

Esclarece que o requerido extrapolou os limites de sua liberdade de expressão ao proferir palavras como "canalhice" e "calhordice", entre outras, ao se referir ao requerente pelo simples fato de estar defendendo seu cliente. Sustentou que as ofensas proferidas pelo réu tiveram uma ampla repercussão, pois o programa por ele apresentado é de âmbito nacional e conta com audiência de um número considerável de pessoas. Asseverou que tal conduta prejudicou o exercício de sua atividade profissional, uma vez que violada a sua moral, bem como o prestígio institucional da advocacia. Requereu a procedência do pedido, com a condenação do réu ao pagamento de indenização por danos morais.

O Juízo de primeiro grau julgou procedente o pedido inicial e extinguiu o processo, com resolução de mérito, na forma do art. 269, inciso I, do Código de Processo Civil de 1973, e condenou o réu ao pagamento de indenização por danos morais no valor de R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais), acrescidos de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês, a partir da citação, e correção monetária a partir da publicação da sentença pela média INPC-IGDI.

A Décima Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Paraná, por unanimidade, deu parcial conhecimento ao recurso e, nessa parte, negou-lhe provimento em acórdão assim ementado (e-STJ, fl. 453):

APELAÇÃO CÍVEL. INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. REPORTAGEM SOBRE CASO REFERENTE A ACIDENTE DE TRÂNSITO ENVOLVENDO DEPUTADO ESTADUAL. OFENSAS DESFERIDAS AO PATRONO DO DEPUTADO. ABUSO DE LIBERDADE DE IMPRENSA. ADMISSIBILIDADE. APELO APRESENTADO CONTENDO LINHA DE DEFESA NÃO VENTILADA NA CONTESTAÇÃO. INADMISSIBILIDADE. VIOLAÇÃO AO DISPOSTO NOS

ARTIGOS 300 E 517, §1º, DO CPC. INOVAÇÃO RECURSAL. NÃO CONHECIMENTO. MÉRITO. "QUANTUM" INDENIZATÓRIO FIXADO EM R\$ 60.000,00 REAIS. VALOR MANTIDO. RECURSO PARCIALMENTE CONHECIDO E, NA PARTE CONHECIDA, DESPROVIDO.

Nas razões do recurso especial, o recorrente apontou ofensa aos arts. 186, 927 e 944 do CC/2002. Sustentou ausência de ato ilícito a ensejar a condenação por danos morais, porquanto o Poder Judiciário possui posicionamento no sentido de que a crítica jornalística, se for motivada por um fato de interesse público, deve ser tolerada, dado que há o dever da imprensa em se pronunciar acerca de fatos de notório interesse da sociedade.

Pleiteou o afastamento da condenação ou, subsidiariamente, a sua redução.

Foram apresentadas contrarrazões (e-STJ, fls. 624-637).

Brevemente relatado, decido.

O Tribunal local manteve o valor arbitrado a título de indenização por danos morais, destacando que (e-STJ, fls. 462-465):

Com efeito, a quantificação dos danos morais sofridos, vale destacar que, para fixação destes deve-se levar em consideração as circunstâncias de cada caso concreto, tais como a natureza da lesão; as consequências do ato; o grau de culpa; as condições financeiras das partes; e mais, deve-se estar atento a sua dúlice finalidade, ou seja, meio de punição e forma de compensação aos prejuízos sofridos pela vítima, sem contudo, permitir o enriquecimento indevido.

3.2. Assim, embora presumido o dano moral, o valor da indenização deverá atender aos princípios da razoabilidade e proporcionalidade.

3.3. Apreciando a questão referente ao valor indenizatório fixado, como se sabe, não há critério científico a ser seguido para fixação do valor da indenização por danos morais, sendo sensato e razoável adotar-se a respeito a orientação da mais prestigiosa jurisprudência, que com pequenas variações vem apontando no seguinte sentido:

(...)

3.5. Além disso, na operação de arbitramento devem ser levadas em conta as características pessoais dos envolvidos, tais como sua situação socioeconômica, bem como a gravidade e extensão do dano. Não se olvide ainda que essa espécie não pode se constituir em fonte de enriquecimento indevido.

3.6. Acerca da situação econômica do réu, sabe-se que se trata de jornalista, de grande renome, reconhecido nacionalmente, laborando como âncora em jornais de emissora de televisão e de rádio. O autor, por sua vez, é advogado atuante com alto conceito em todo território nacional.

3.7. Em relação a extensão do dano, observa-se que, não obstante o requerente não tenha comprovado a existência de prejuízos materiais com o ocorrido, por certo, sua imagem ficou abalada, porquanto o fato gerou extensa repercussão, tanto é que a OAB e o Instituto dos Advogados do Paraná emitiram nota de apoio ao autor (fls. 68/69 e 72/74).

3.8. Nesta medida, sopesando-se no caso em tela as circunstâncias, a extensão do dano, as características pessoais dos envolvidos e tendo em vista o binômio punição/compensação, o valor fixado em primeiro grau para danos morais, qual seja, R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais) deve ser mantido.

No tocante ao valor fixado a título de indenização por danos morais, nos termos da jurisprudência deste Tribunal, o *quantum* estabelecido pelas instâncias ordinárias pode ser revisto tão somente nas hipóteses em que a condenação se revelar irrisória ou exorbitante, distanciando-se dos padrões de razoabilidade, o que não se evidencia no presente caso, de modo que a sua revisão encontra óbice na Súmula 7 do STJ.

Quanto ao pedido de anulação do acórdão recorrido ante a apresentação de nova prova produzida em momento inoportuno, verifica-se que o recorrente não apontou o dispositivo tido por violado a fim de viabilizar o conhecimento da insurgência a respeito da tese de mérito. Dessa forma, constata-se que a argumentação apresentada no recurso mostra-se deficiente, atraindo, assim, a incidência do verbete n. 284 da Súmula do Supremo Tribunal Federal.

É importante ponderar que o recurso especial é reclamo de natureza vinculada e, para o seu cabimento, é imprescindível que o recorrente demonstre, de forma clara, os dispositivos apontados como malferidos pela decisão recorrida, sob pena de inadmissão.

A propósito:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. INSURGÊNCIA CONTRA CONDENÇÃO DE LITIGÂNCIA DE MÁ-FÉ. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 284/STF E 7/STJ. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL. FALTA DE COTEJO ANALÍTICO.

1. A falta de indicação do dispositivo de lei considerado violado ou a que se tenha dado interpretação divergente caracteriza a ausência de fundamentação, circunstância que atrai o enunciado da Súmula 284/STF.

2. A demonstração da divergência não se satisfaz com a simples

Superior Tribunal de Justiça

transcrição de ementas, mas com o confronto entre trechos do acórdão recorrido e das decisões apontadas como divergentes, mencionando-se as circunstâncias que identifiquem ou assemelhem os casos confrontados.

3. Ademais, descabe a esta Corte Superior apreciar as razões que levaram as instâncias ordinárias a aplicar ou não a multa por litigância de má-fé quando for necessário rever o suporte fático-probatório dos autos, como ocorre no presente caso. Incidência da Súmula 7/STJ.

4. Agravo regimental não provido. (AgRg no AREsp n. 523.565/PA, Relator o Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, DJe 1º/9/2014)

Ante o exposto, mediante juízo de reconsideração, conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.

Nos termos do art. 85, § 11, do CPC/2015, majoro os honorários em favor do advogado da parte recorrida em 1% sobre o valor da condenação.

Publique-se.

Brasília (DF), 27 de novembro de 2019.

Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Relator